

ADVOGADOS

A REVISTA DOS ADVOGADOS DE SERGIPE



ENERGY
LEGAL TALK

UM EVENTO PARA LÍDERES QUE TRANSFORMAM
OFÍCIOS EM EN



Da esquerda para a direita:

Marcelo Menezes
Carlos Augusto Nascimento
Laércio Oliveira
Clóvis Munaretto

EDIÇÃO ESPECIAL

ENERGY LEGAL TALK

Realizado pela Revista Advogados, evento reuniu profissionais para discutir desafios e oportunidades no mercado de energia renovável, óleo e gás

Paz no trânsito começa por você!



V O L V O

EX30

100 % elétrico.

O nosso SUV mais compacto .

Excelente desempenho elétrico num formato compacto.

476 km

Autonomia elétrica
(Até)

16.9 kWh

Consumo de energia
(por 100km)

30 min

Estimativa de tempo do carregamento rápido DC (10%-80%)

5.3 s

Aceleração
(0-100 km/h)

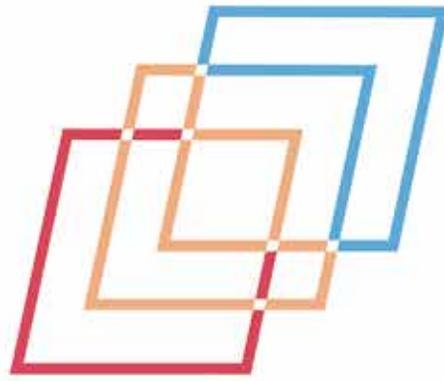
Av. Tancredo Neves, 3960 B.
Ponto Novo. Aracaju-SE
Telefone: (79) 3234-8700
 79-98116-8699

STARK



A

#VemP



faculdade
— sebrae

EAD

MIBA

EM GESTÃO DE NEGÓCIOS
EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA 5.0
EM GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA

*Invista no seu futuro
e faça a diferença!*
Para Faculdade Sebrae





“Esperamos ter deixado como legado o despertar sobre sustentabilidade”

Coordenador científico do Energy Legal Talk, o advogado Carlos Augusto Nascimento destaca a importância do evento para advocacia e o mercado

Carlos Augusto Monteiro Nascimento, por meio do escritório Monteiro Nascimento Advogados, do qual é sócio-fundador, foi o profissional responsável pela coordenação científica do Energy Legal Talk. A expertise de aproximadamente 38 anos na advocacia o credenciou para mais uma missão em parceria com a **Revista Advogados**, realizadora do evento (leia matéria completa nesta edição).

Nesta entrevista, Carlos Augusto explica um pouco sobre o processo para desenvolver esse evento inédito no Estado e ressalta a importância dele para a advocacia neste momento em que Sergipe ganha mais destaque no setor de energias renováveis, óleo e gás. “Avaliamos conjuntamente a necessidade de fomentar a discussão jurídica dos temas que envolvem esse mercado”, justifica. Confira, a seguir, a entrevista na íntegra.

Revista Advogados – Para começar, poderia explicar brevemente como e para que foi concebido o Energy Legal Talk?

Carlos Augusto Nascimento – É importante esclarecer de início que, honrosamente, fomos convidados pela **Revista Advogados** para firmar parceria, a fim de atuarmos na qualidade de coordenadores científicos de seus eventos em 2018. E, a partir daí, desenvolvemos dois exitosos projetos, culminando na realização de ciclo de palestras sobre Compliance e Inteligência Artificial/Metaverso. Nesta edição, diante de um contexto em que os olhos do país se voltam para o estado de Sergipe pelo potencial energético, sendo um dos principais produtores de petróleo e gás do Brasil, avaliamos conjuntamente a necessidade de fomentar a discussão jurídica dos temas que envolvem esse mercado. Foi com esse objetivo que o Energy Legal Talk foi concebido, ou seja, com o intento de incrementar o debate acerca de questões legais e regulatórias fundamentais para o setor energético, proporcionando uma visão abrangente das oportunidades e desafios que influenciam diretamente o desenvolvimento energético em nossa região.

Revista Advogados – Esclarecido o objetivo do Energy Legal Talk, quais os impactos que entende que o evento possa ter proporcionado ao mercado energético sergipano?

CAN – O pioneirismo desse evento teve por mote trazer para o estado de Sergipe a reunião de especialistas com um ponto de convergência: debater, entre outros temas, questões jurídicas que possam trazer soluções para a implementação de políticas públicas voltadas à transição energética sem perder de vista a segurança, equidade e eficiência energéticas.

Ao promovermos esse encontro, estabelecendo uma sinergia de interesses entre governo, empresas e sociedade, esperamos ter deixado como legado o despertar sobre a necessidade de se melhor avaliar a sustentabilidade para as gerações futuras, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, do país e do planeta.

Revista Advogados – Quais são os desafios mais significativos que o setor energético enfrenta em Sergipe e como o evento abordou o assunto? Como foi estruturada a programação?

CAN – Os principais desafios que o setor energético enfrenta em Sergipe incluem a necessidade de diversificação da matriz energética, a adequação às normativas ambientais e a infraestrutura para expansão da capacidade de geração e distribuição.

A programação do Energy Legal Talk, por sua vez, foi estruturada para explorar os desafios e oportunidades do setor energético, com painéis focados na reforma tributária e os impactos no mercado de gás, perspectivas para transporte, distribuição e comercialização de gás natural, sustentabilidade e transição energética, além do papel estratégico do gás natural em projetos de exploração e produção, proporcionando uma análise abrangente e atualizada das questões mais prementes para o desenvolvimento sustentável e inovador do setor.

Revista Advogados – Quais as perspectivas para o desenvolvimento do setor em Sergipe?

CAN – Sergipe está no centro das atenções do país, tanto pelo reconhecimento das potencialidades energéticas como produtor de óleo e gás como também pelo ambiente favorável à formalização de novos negócios. O Estado, hoje, é um dos maiores produtores de gás natural do país, detendo 20% das reservas nacionais e com enorme potencial energético, que já gera e gerará ainda mais oportunidades de negócios. Neste sentido, Sergipe está à frente do restante do país quando o assunto é a regulação da exploração do gás, favorecendo, assim, uma maior segurança jurídica dos agentes no nosso estado.

Hoje, Sergipe alcançou o primeiro lugar do Reivre, ocupando o percentual de 83% de adequação aos princípios da Lei do Gás. Quando olhamos para o Nordeste, vemos que, entre as regiões do Brasil, é a que, provavelmente, mais crescerá nos próximos anos. E vai deixar de ser importadora de energia para ser exportadora, não apenas em relação ao gás, mas com enorme investimento em energias renováveis.

Revista Advogados – Como o debate sobre a sustentabilidade e a transição energética no evento pode impactar os projetos de energia renovável em nosso estado?

CAN – Ao discutir regulamentações, incentivos e políticas públicas voltadas para fontes renováveis, o Energy Legal Talk pôde promover um ambiente favorável ao desenvolvimento desses projetos. Além

disso, ao trazer especialistas para discutir tecnologias e melhores práticas, o evento catalisou novas ideias e parcerias que impulsionem o crescimento sustentável do setor no Estado.

No painel em que tratamos sobre a sustentabilidade e a transição energética, mais especificamente, trouxemos ao debate o biometano e a regulação de mercados de baixo carbono. Além de ser uma fonte de energia renovável apta a reduzir a emissão de gases de efeito estufa, o biometano ajuda a evitar o acúmulo de resíduos de várias atividades produtivas e a transformar um passivo ambiental em um ativo econômico. Portanto, ao discutirmos o potencial do biometano como alternativa renovável ao gás natural convencional e os desafios para a comercialização dele, o evento pôde proporcionar a um público qualificado que lá estava presente maior conhecimento sobre o tema, visto que a necessidade de transformação e sustentabilidade nunca foi tão premente quanto agora. Estamos diante de desafios complexos que exigem respostas igualmente sofisticadas.

Revista Advogados – Entre os painéis do evento, tivemos a discussão sobre ‘Reforma Tributária e seus impactos para o setor’. Considerando a alta carga tributária enfrentada pelo setor de óleo e gás no Brasil, como a reforma tributária poderá influenciar a atratividade dos investimentos estrangeiros diretos e a capacidade do setor de contribuir para o crescimento econômico sustentável do país?

CAN – A reforma tributária é um tema crucial para o setor de óleo e gás, especialmente considerando a complexidade e a carga tributária elevada no Brasil. No Energy Legal Talk, discutimos como uma reforma tributária bem-estruturada pode aumentar a competitividade do setor, atrair investimentos estrangeiros diretos e contribuir para um crescimento econômico mais robusto e equitativo.

No evento, abordamos como as mudanças propostas prometem transformar o sistema de impostos, afetando a tributação do gás, a regulamentação do imposto seletivo sobre a extração do recurso e o transporte desse combustível. Além disso, foi exposto como a transição para um novo modelo tributário poderá alterar contratos vigentes, benefícios fiscais e influenciar os custos operacionais e a estrutura tarifária do transporte de gás natural.

Revista Advogados – Em relação ao público que esteve presente ao evento, foi atendida a expectativa?

CAN – O evento superou todas as expectativas. Além de contar com especialistas no assunto, com reconhecimento nacional e internacional, Sergipe foi reconhecido por todos que participaram como um relevante e próspero espaço para a criação de novas oportunidades, e com o extremo potencial de geração de emprego e renda em um futuro próximo. Estiveram presentes diversas autoridades estaduais e federais, dirigentes de entidades e associações vinculadas ao segmento, players do mercado nacional e internacional, membros integrantes do Judiciário e do Ministério Público, advogados, estudantes e outros entusiastas dos temas que foram expostos.

As inscrições foram esgotadas um dia antes da realização do evento. Com uma capacidade no auditório para 300 pessoas, tivemos, no total, 367 inscritos, com uma rotatividade em torno de 500 pessoas, haja vista que o Energy Legal Talk foi realizado de forma conjugada com o Sergipe Oil & Gas 2024. Então, todas

as pessoas que estiveram no SOG 2024 e quiseram assistir ao evento tiveram acesso livre.

Revista Advogados – E para os próximos anos, o que se pode esperar do Energy Legal Talk?

CAN – A expectativa após o evento é a geração de parcerias estratégicas entre os agentes do setor, a implementação de práticas jurídicas mais eficientes e a incorporação de projetos inovadores que beneficiem o setor energético de Sergipe, além do fortalecimento da posição de Sergipe como um “hub” de energia limpa e regulatória avançada nos próximos anos.

O evento se constituiu em um marco na trajetória promissora do setor em direção a um futuro energético mais sustentável, inclusivo e próspero para o Estado e para o país, apostando que o Energy Legal Talk deve ser inserido no calendário sergipano como um evento obrigatório. Portanto, que esta tenha sido a primeira de muitas edições. Acredito que a **Revista Advogados** cumpriu a missão dela no propósito de estimular o debate e trazer luzes para um tema tão importante e promissor para Sergipe.

CONSTRUÍMOS HISTÓRIAS DE SUCESSO JUNTO COM O CLIENTE.

A Noví foi criada no ano de 2014, sob a nova era da publicidade: a das respostas rápidas para a solução dos problemas e da flexibilização de habilidades, trabalhando para fortalecer marcas por meio de soluções inteligentes e criativas.

Um caminho que se inicia com a nossa capacidade de **compreender as necessidades dos clientes** e traduzir suas visões em campanhas e ações que gerem resultados produtivos.

Seguimos trabalhando para que os próximos anos sejam igualmente brilhantes e repletos de conquistas.

Maurício Meneses
CEO Noví Comunicação

NOVI 10
comunicação estratégica

☎ 79 9 9996-0291 | 📧 @novicomunicacao | ✉ email: atendimento@novicomunicacao.com

REALIZAÇÃO

REVISTA ADVOGADOS

ENERGY LEGAL TALK



APOIO



GAIA
SILVA
GAEDE
ADVOGADOS



monteiro nascimento
ADVOGADOS



Eick Haber
Pacheco
ADVOGADOS



Faveret
Tepedino Londres Fraga
ADVOGADOS

PATROCÍNIO



constren



G3
CONSULTORIA E APOIO

A Revista Advogados agradece a todos que participaram do evento realizado no dia 25 de julho, no auditório Atalaia do Centro de Convenções AM MALLS, em Aracaju. O encontro, promovido com a coordenação científica e apoio dos escritórios Monteiro Nascimento Advogados, Faveret Tepedino Londres & Fraga Advogados, Gaia Silva Gaede Advogados e Eick Haber Pacheco Advogados, além do patrocínio da G3 - Consultoria e Assessoria e da Constren, destacou-se por fomentar discussões e debates sobre questões jurídicas emergentes sobre transição energética, petróleo e gás, em Sergipe.



FOTOS: BRITOS STUDIO

Energy Legal Talk reuniu centenas de advogadas e advogados no Centro de Convenções AM Mall Sergipe

Revista Advogados realiza Energy Legal Talk

Evento reuniu líderes do setor energético para debater a importância de a advocacia se preparar para o mercado de energia renovável, óleo e gás

A **Revista Advogados**, mais uma vez, foi além de suas prerrogativas comunicacionais e desenvolveu um novo evento com o objetivo de promover conhecimento para a advocacia em Sergipe. Desta vez, a publicação da Remacre Comunicação realizou o Energy Legal Talk e reuniu especialistas, representantes governamentais e líderes jurídicos para discutir os desafios e oportunidades no mercado de energia renovável, óleo e gás, colocando em foco o futuro energético do Brasil e o importante papel da advocacia nesse processo. O evento aconteceu no dia 25 de julho, no Centro de Convenções AM Malls, em Aracaju.

Vale destacar que o Energy Legal Talk alcançou êxito semelhante aos primeiros eventos realizados pela **Revista Advogados**, que trouxeram para Sergipe, pioneiramente, debates e reflexões sobre temas atuais

e ainda pouco conhecidos da maioria do público. Em 2019, foi a vez do Compliance Ignition Aracaju, com palestras dos mais renomados especialistas do Brasil sobre a importância do programa de integridade nas organizações. Já em 2023, houve o Legal Experience, maior evento de tecnologia jurídica do Estado, que apresentou o Metaverso e o Visual Law, temas novos a serviço da eficiência jurídica.

Agora, em 2024, o tema óleo e gás tem ganhado notoriedade. Sergipe, aliás, é um dos maiores produtores de gás natural do país na atualidade, detendo, aproximadamente, 20% das reservas nacionais e com potencial energético gigante. Além disso, o Estado está à frente do restante do país quando o assunto é a regulação da exploração do gás. Diante desse contexto, o Energy Legal Talk se apresenta como uma ação necessária e oportuna.

Programação robusta

Promovido em colaboração com os escritórios Monteiro Nascimento Advogados (coordenação científica), Faveret Tepedino Londres & Fraga Advogados, Gaia Silva Gaede Advogados e Eick Haber Pacheco Advogados, o evento teve como grande diferencial uma programação robusta e diversificada para explorar os principais temas do setor energético. Entre os destaques, estavam a análise dos impactos da Reforma Tributária na tributação do gás, os desafios logísticos e comerciais na cadeia de distribuição de gás, e as estratégias para promover a sustentabilidade e facilitar a transição energética.

Além disso, foram discutidos oportunidades e desafios relacionados ao papel do gás natural na ampliação de projetos de exploração e produção, bem como os aspectos jurídicos do *outsourcing* (terceirização) e o futuro da mão de obra na indústria convencional de energia, com foco no setor de petróleo e gás. Para Clóvis Munaretto, *publisher* da **Revista Advogados** e diretor da Remacre Comunicação, como energia é movimento de construção para o futuro, fomentar esse debate jurídico em parceria com Sergipe Oil & Gas, evento simultâneo promovido pelo Governo de Sergipe, foi essencial para definir as diretrizes que guiarão a evolução responsável e sustentável da indústria com segurança jurídica.

Nesse sentido, segundo Clóvis Munaretto, a publicação tem o papel de, além de oferecer conteúdo escrito, disponibilizar conhecimento por meio de seminários, debates e workshops para a classe dos advogados. “É uma satisfação muito grande que a **Revista Advogados** vem, cada dia mais, focando em certos conteúdos para a advocacia sergipana. O Energy Legal Talk vem ajudar a desenvolver mais uma área que a advocacia pode explorar. O setor de óleo e gás tende a crescer muito, alavancando a economia



Clóvis Munaretto: “O Energy Legal Talk vem ajudar a desenvolver mais uma área que a advocacia pode explorar”

do Estado. E vai haver muita demanda na área jurídica e, em especial, na advocacia. Por isso, os escritórios devem estar cientes da grandeza desse novo mercado; devem estar preparados para conhecerem um pouco mais sobre essa nova situação”, considerou.

Ineditismo

Para o advogado Carlos Augusto Nascimento, da Monteiro Nascimento Advogados, responsável pela coordenação científica do evento, o ineditismo dele teve por mote trazer para Sergipe a reunião de especialistas com um ponto de convergência: debater temas jurídicos e de mercado que trouxessem reflexões e avaliações na busca de soluções para a implementação de políticas públicas voltadas à transição energética sem perder de vista a segurança, equidade e eficiência. “Ao promovermos esse debate, estabelecendo uma sinergia de interesses entre setores do governo, empresas públicas e privadas, e sociedade civil de uma forma geral, deixamos como legado um ambiente, uma atmosfera de enaltecimento de sustentabilidade para as gerações futuras, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, do país e do planeta”, avaliou.

O também advogado Ivan Lafayette Bandeira Londres, sócio do escritório Faveret Tepedino Londres & Fraga Advogados, salientou que, hoje, no Brasil, há vários projetos em andamento que revelam uma realidade muito interessante no mercado de gás renovável. Nesse sentido, ele aponta alguns gargalos. “O grande desafio para a comercialização do gás é a infraestrutura. No entanto, o desenvolvimento do mercado de logística para o transporte de gás comprimido por via fluviária tem se mostrado uma maneira muito eficaz de monetizar projetos de biometano”, observou.

Representando a Eick Haber e Pacheco Advogados, Luís Fernando Ayres de Mello Pacheco comentou que



Coordenador científico do evento, Carlos Augusto Nascimento destacou a importância de debater temas jurídicos e de mercado sobre óleo e gás

Sergipe está em uma fase emergente no mercado de petróleo e gás, oferecendo amplas oportunidades para a área da advocacia. Por isso, ele foi só elogios ao evento. “O Energy Legal Talk se apresenta como um evento disruptivo e inovador ao fomentar um debate tão rico e necessário, especialmente ao explorar as perspectivas do papel do gás natural na ampliação dos projetos de exploração e produção”, analisou.

Já Leonardo Cavalcanti Sá de Gusmão, do Gaia Silva Gaede Advogados, destacou a questão da reforma tributária. De acordo com o advogado, trata-se de um grande e estritamente essencial passo para que tanto a União quanto os estados da Federação possam garantir maior segurança fiscal e regulatória. “Isso permitirá o desenvolvimento de infraestrutura por meio da iniciativa privada, de maneira mais eficaz e menos burocrática, alcançando, assim, a função primordial do Estado, que é devolver o imposto ao contribuinte na forma de contraprestação”, declarou.

Marcelo Menezes, superintendente-executivo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec), por sua vez, revelou que, há alguns anos, a pasta contratou um estudo através do Instituto Fecomércio para diagnosticar os gargalos jurídicos do setor de petróleo e gás em Sergipe. E ele explica por que: “Este assunto vem sendo debatido pelo governo com o objetivo de promover uma revisão na legislação estadual, oferecendo segurança jurídica para os diversos *players* que atuarão no Estado”.

O senador por Sergipe, Laércio Oliveira, também participou do Energy Legal Talk. Ele comentou que o mundo inteiro está com os olhos voltados para Sergipe, reconhecendo o potencial que o Estado tem a oferecer em termos de energia. Diante disso, o parlamentar enalteceu a importância do seminário. “Este evento é um ponto de partida importante por proporcionar um debate tão qualificado sobre a matéria jurídica da transição energética, petróleo e gás neste momento promissor para o Estado”, reforçou.



Para o advogado Ivan Londres, o grande desafio para a comercialização do gás é a infraestrutura



Marcelo Menezes, superintendente-executivo da Sedetec, comenta que o assunto vem sendo debatido pelo governo, a fim de promover uma revisão na legislação estadual



Senador Laércio Oliveira: “Este evento é um ponto de partida importante por proporcionar um debate tão qualificado”

Sobre a Revista Advogados

A **Revista Advogados** é uma publicação trimestral de renome, com tiragem superior a 5 mil exemplares, amplamente distribuída entre a sociedade e a comunidade jurídica sergipana. Com artigos técnicos, notícias e análises aprofundadas, a publicação atende a um público diversificado e exigente, sempre trazendo discussões relevantes do mundo jurídico.

Para o Energy Legal Talk, contou com o apoio da TAG, da Eneva, do Lide Sergipe, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (Fecomércio/SE), da Brasil GTW e das empresas patrocinadoras G3 – Consultoria e Assessoria, que contribui para a liberação de faixas de servidão para a construção de linhas de distribuição e transmissão de energia em todo o Brasil, e a Constren, que atua no setor de incorporação imobiliária e obras privadas.

VENDAS VENDAS DE VALOR

Somos especialistas em vendas de imóveis residenciais e comerciais, lançamentos e avulsos. Casas, apartamentos, lotes, fazendas, prédios, lojas, escritórios.

Tudo tem aqui!



LANÇAMENTOS DE VALOR

Tudo para você que está em busca do lar dos seus sonhos.

Os melhores lançamentos imobiliários na deslumbrante Barra e na encantadora Aracaju.

Uma ampla variedade de opções, desde lotes para construir a casa dos seus sonhos, até casas e apartamentos, todos localizados nas áreas mais privilegiadas da região.



📞 Geral: 79 3226.4222
📞 Aluguéis: 79 9 9850.5222
📱 @valorimobiliaria
www.valorimobiliaria.com.br



VALOR IMOBILIÁRIA
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS



FÁBRICA
JACAUNA
MÓVEIS

Marco-CE

Somos uma empresa sustentável!

*Desde 1975, fabricação e reflorestamento próprios. 100% sustentável, Carbono Zero e energia renovável. contribuindo sempre para o meio ambiente.

Mais de 3 milhões de árvores plantadas.

JACAUNA
MÓVEIS



*A cada móvel vendido,
mais árvores plantadas.*

A NATUREZA AGRADECE!

Visite nossa loja no **DIA**



Somos uma empresa sustentável!

JACAUNA
MÓVEIS

JACAUNA



FOTOS: BRITOS STUDIO



Advocacia sergipana prestigia Energy Legal Talk



Cerca de 400 profissionais participaram da primeira edição do Energy Legal Talk. O evento foi realizado pela **Revista Advogados** no dia 25 de julho, no Centro de Convenções AM Malls, em Aracaju. O objetivo foi debater sobre diversas questões que envolvem o mercado de energia renovável, óleo e gás. Assim, especialistas, representantes governamentais e boa parte da advocacia sergipana prestigiaram o encontro que foi sucesso de público e de crítica diante da relevância do tema. Confira como foi o evento nas fotos a seguir.







Aquino Passal

Luis Fernando Pacheco [*]

Sergipe a caminho de mais um grande patamar no mercado de energia e um mundo de oportunidades para a advocacia

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabeleceu, no artigo 177, que o governo brasileiro estava proibido de ceder ou conceder qualquer tipo de participação na exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, entre outras atividades. Em 10 de novembro de 1995, o Congresso brasileiro promulgou a Emenda Constitucional nº 9, que alterou o artigo 177, para permitir que o governo brasileiro contratasse empresas públicas ou privadas para realizar as atividades compreendidas no monopólio do governo com base em uma lei que seria promulgada. Quase dois anos depois, o Congresso brasileiro promulgou a Lei nº 9.478 (a “Lei do Petróleo”), hoje modificada para contemplar diversos regimes para o exercício das atividades contempladas no artigo 177, inciso I.

Em dezembro de 1998, eu tive a oportunidade e o privilégio de participar na negociação de um dos primeiros, se não o primeiro, contrato de concessão entre a Agência Brasileira de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e duas empresas de petróleo estrangeiras. O campo em questão fica no Estado de Sergipe e, durante esses 26 anos, participei das mais interessantes discussões envolvendo problemas ambientais, administrativos (ou regulatórios como alguns preferem), tributários, imobiliários, contratuais, trabalhistas, societários, etc. Tanto para os profissionais mais experientes quanto para os jovens iniciantes, a indústria de petróleo e gás (assim como a de energia como um todo) possibilita o exercício da advocacia nas mais diversas áreas de direito, abrindo um campo de oportunidades profissional.

Esse mercado da advocacia tende a crescer principalmente neste momento em que grandes projetos de infraestrutura associados à indústria de petróleo e gás despontam no Estado de Sergipe, principalmente impulsionados com o desenvolvimento dos projetos Seap 1 e Seap 2, capitaneados pela Petrobras, pela Bharat Petroleum Resources Limited e pela Oil and Natural Gas Corporation Limited (ONGC), essas duas últimas empresas gigantes estatais de petróleo da República da Índia, com suas subsidiárias instaladas no Brasil e investimentos na casa de bilhões de reais.

O interesse da advocacia e o investimento do Governo do Estado de Sergipe são grandes, o que pode ser verificado quando da realização da recente Sergipe Oil & Gas, e o evento paralelo Energy Legal Talk, com a presença de diversas autoridades dos governos federal e estadual, bem como a presença marcante de membros da comunidade jurídica do Estado de Sergipe. Então, este é o momento para a advocacia se preparar para as oportunidades que se aproximam em um futuro bem próximo.

[*] Luis Fernando Pacheco é sócio de Eick, Haber e Pacheco Advogados. Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem mestrado em Direito Comparado pela Universidade Chicago – Kent College of Law e Programa Executivo pela Universidade Northwestern, em Chicago. Tem curso em Planejamento Fiscal Internacional pela Universidade Chicago – Kent College of Law. Foi diretor para a América Latina da Association of International Energy Negotiators (AIEN). É membro do Conselho do Institute of Energy Law nos EUA. Mestrando em Energia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (em conclusão). Foi vice-presidente da Comissão de Petróleo e Gás da Ordem dos Advogados do Brasil. Reconhecido por anos consecutivos como um dos especialistas em Energia no Brasil pelas publicações Chambers & Partners, Leaders League, Latin Lawyer, Legal 500, Lacca e Who's Who, tendo participado em diversos projetos de infraestrutura no setor de Energia no Brasil.



Encontre seu imóvel de **VALOR**
nos melhores locais da **cidade.**

Vendas e aluguéis

RESIDENCIAIS

Você quer vender ou alugar?
Tem na **VALOR.**



Vendas e aluguéis

COMERCIAIS

Temos gerentes especialistas
aguardando por você.



Alugue e venda com valor, segurança e praticidade



**BAIXE
NOSSO
APP**



Aluguéis: 79 9 9850.5222

Vendas Seminovos: 79 9 9985-4222

Vendas Lançamentos: 79 9 9978-4222

VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

21
ANOS

[f](#) [i](#) [e](#) @valorimobiliaria

www.valorimobiliaria.com.br



Gabriela Locks [*]

Aspectos jurídicos da terceirização



No Brasil, a terceirização é regulada por uma série de normas que visam proteger tanto empregadores quanto trabalhadores

O *outsourcing*, ou terceirização, no Brasil, é regulado por uma série de normas que visam proteger tanto empregadores quanto trabalhadores. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis de Terceirização (Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017) são os principais pilares legais, definindo como e em que condições a terceirização pode ser implementada, abrangendo tanto atividades-fim (*core business* do negócio) quanto meio (atividades acessórias). Além disso, as normas coletivas aplicáveis à atividade principal do empregador também devem ser observadas.

Essas leis determinam que os contratos de prestação de serviços devem ser claros e detalhados, contendo necessariamente:

1. **Objeto e escopo dos serviços:** definição precisa dos serviços a serem prestados.
2. **Prazos e valores:** especificação dos prazos de execução e das remunerações envolvidas.
3. **Responsabilidades:** delimitação das responsabilidades de cada parte, tanto na execução dos serviços quanto no cumprimento das obrigações trabalhistas.
4. **Confidencialidade e proteção de dados:** cláusulas que assegurem a confidencialidade e a proteção de dados pessoais e corporativos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5. **Subordinação:** cláusula que assegure a ausência de subordinação direta entre os empregados do prestador de serviços e a empresa contratante.

6. **Garantias de *compliance*:** previsão de mecanismos de controle para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, como o fornecimento de certidões negativas e a realização de auditorias periódicas.

7. **Condições para a substituição de profissionais:** regras para a substituição de profissionais terceirizados, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço.

Na prática, a seleção cuidadosa de fornecedores é fundamental para garantir o sucesso da terceirização. Isso inclui a avaliação da reputação, solidez financeira e conformidade legal do prestador de serviços.

A gestão contínua do relacionamento com fornecedores, por meio de monitoramento de KPIs (*Key Performance Indicators* – indicadores-chave de desempenho que podem ser utilizados para medir o sucesso da terceirização), auditorias periódicas e programas de *compliance*, também se destaca como uma boa prática, promovendo a ética e a integridade na parceria.

Entretanto, a terceirização não está isenta de riscos. Do ponto de vista legal, há a possibilidade de responsabilidade subsidiária ou solidária em casos de irregularidades, como fraudes na relação de emprego, acarretando multas e penalidades. Financeiramente, a empresa contratante pode enfrentar custos adicionais devido a falhas do fornecedor, especialmente em ações trabalhistas.

Para mitigar tais riscos, mecanismos de retenção de preço e indenização são importantes para garantir uma gestão eficaz, buscando equilibrar vantagens competitivas com os riscos inerentes a qualquer negócio, assegurando a conformidade legal e o sucesso das operações terceirizadas.

[*] Gabriela Locks é sócia de Eick, Haber e Pacheco Advogados. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de São Paulo e em Administração pela Universidade Federal de São Paulo. Reconhecida pela Análise Advocacia, Lacca e Latin Lawyer como destaque na área do Direito do Trabalho.